

# AOS TRABALHADORES DO METRO

## Mais duas importantes vitórias numa luta que continua!

### RETIRADA FORMAL DA DENÚNCIA DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A Administração cumpriu, finalmente, o compromisso de formalizar a retirada da denúncia dos Acordos de Empresa. É uma vitória importante e que não pode ser desvalorizada.

É a reversão da última maldade praticada pelo Governo PSD/CDS contra o Metropolitano de Lisboa, imposta quando já tinha sido derrotado pelo povo português mas ainda se agarrava ao poder apoiado no Presidente da República.

É mais um passo no caminho da reposição da legalidade e do primado da contratação colectiva na empresa. O próximo passo nesse caminho tem que ser o cumprimento integral dos Acordos, que continuam limitados pelo Decreto-Lei 133/13 e pelo Orçamento de Estado, e que continuam a ser violados por gestores que inventam fórmulas para conseguir mais trabalho sem efectivar a indispensável contratação de novos trabalhadores.

É preciso não esquecer que um dos objectivos centrais e iniciais da ofensiva contra a nossa empresa, em 2011, era a destruição da contratação colectiva. Lembremo-nos dos dossiers secretos enviados pelo Governo para a Comunicação Social, e da pressão permanente exercida sobre as ORT's para aceitarem transformar os roubos provisórios em cedências definitivas.

**Estamos perante duas vitórias cujos efeitos não se sentem de imediato, na medida em que não se traduzem num imediato aumento das remunerações ou melhoria das condições de trabalho. Mas são duas vitórias decisivas para o futuro do Metropolitano, dos seus trabalhadores e dos seus utentes. E foi a unidade e luta dos trabalhadores o factor determinante para que elas tivessem sido alcançadas! Será esse igualmente o factor determinante para enfrentar com sucesso os próximos desafios.**

### APROVAÇÃO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DO FIM DA «TRANSPORTES DE LISBOA»

A Comissão de Economia acaba de aprovar o Projecto de Lei que resulta da fusão do conjunto de iniciativas legislativas do PCP, do BE e do PS sobre o Metropolitano, a Carris, a Transtejo e a Soflusa.

Recordamos que esta iniciativa legislativa remonta ao agendamento e discussão, em Novembro de 2015, do projecto-lei do PCP, que na altura baixou à Comissão. Estava então ainda em funções o último governo PSD/CDS, já derrotado nas urnas.

Ao longo destes 6 meses, o processo de privatização foi travado e revertidos muitos dos seus aspectos mais gravosos, pelo que o âmbito do projecto-lei foi necessariamente adequado a essa realidade em transformação.

O projecto-lei agora aprovado na Assembleia da República determina o fim da Administração conjunta das quatro empresas e o pleno regresso das mesmas à sua autonomia jurídica e administrativa. É verdade que adia para 1 de Janeiro de 2017 a sua entrada em vigor, mas pode e deve-se dizer que o processo ilegal de destruição do Metropolitano de Lisboa nesta fusão foi derrotado.

Começa agora uma nova fase da vida do Metropolitano de Lisboa. Preenhe de perigos e potencialidades.

## Unidade e Luta!

8 Junho 2016

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Célula do Metropolitano de Lisboa  
**Partido Comunista Português**

